

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo 01 – Direito Processual Administrativo como disciplina autônoma	23
1 Primeiras palavras	23
1.1 A disciplina nos cursos de direito, segundo determinação do Ministério da Educação	26
2 O ato administrativo e as leis do processo administrativo	26
3 Conceito e definição de Direito Processual Administrativo.....	29
4 Conceito e definição de Processo Administrativo	29
5 Objetivo do Processo Administrativo.....	31
6 Independência das instâncias penal, administrativa e civil	33
Capítulo 02 – Espécies e classificação dos processos administrativos.....	37
1 Espécies de processos administrativos	37
2 A não contenciosidade no Processo Administrativo	39
3 Classificação dos Processos Administrativos	41
3.1 A classificação de José Cretella Júnior	41
3.2 A classificação de Nelson Nery Costa	43
3.3 A classificação de Hely Lopes Meirelles	44
3.4 A classificação de Odete Medauar	45
3.5 A classificação de Diógenes Gasparini	46
3.6 A classificação de Diogo de Figueiredo Moreira Neto	47
3.7 A posição de Antônio Augusto Queiroz Telles	49

Capítulo 03 – Atos Administrativos do Processo Administrativo	51
1 Primeiras palavras.....	51
2 Classificação dos atos administrativos	53
2.1 Atos eficazes quanto ao local	54
2.2 Atos eficazes quanto à liberdade de ação	55
2.3 Atos eficazes quanto ao procedimento	56
2.4 Atos eficazes quanto à sua constituição	57
3 Outras classificações dos Atos Administrativos	60
Capítulo 04 – Princípios constitucionais da Administração Pública.....	61
1 Primeiras palavras.....	61
2 Princípio da legalidade.....	64
3 Princípio da impessoalidade.....	65
4 Princípio da moralidade administrativa.....	66
5 Princípio da publicidade	67
6 Princípio da eficiência	70
7 Princípio da isonomia	72
8 Princípio do juízo natural.....	73
9 Princípio da probidade administrativa.....	74
10 Princípio do acesso universal ao Poder Judiciário	77
11 Princípio da ampla defesa	80
12 Princípio do contraditório	83
13 Princípio da responsabilidade objetiva do Estado.....	84
14 Princípio do devido processo legal.....	85
Capítulo 05 – Princípios do Processo Administrativo	87
1 Primeiras palavras.....	87
1.1 A Lei 9.784 como aplicadora dos princípios da Administração Pública.....	88
2 Os princípios aplicados aos processos administrativos.....	89
2.1 Princípios aplicados aos processos administrativos que têm ligação imediata com os princípios constitucionais	90
2.1.1 Princípio da razoabilidade	90
2.1.2 Princípio da proporcionalidade	93
2.1.3 Princípio da segurança jurídica	93
2.1.4 Princípio da indisponibilidade do interesse público	96
2.1.5 Princípio da supremacia do interesse público sobre o particular	98
2.1.6 Princípio da motivação.....	99

2.2	Princípios com características infraconstitucionais aplicados aos processos administrativos.....	101
2.2.1	Princípio da insindicabilidade do mérito do ato administrativo	101
2.2.2	Princípio da oficialidade	105
2.2.3	Princípio da finalidade	108
2.2.4	Princípio da informalidade.....	109
2.2.5	Princípio da verdade material.....	110

Capítulo 06 – As fases do processo administrativo federal geral 113

1	Primeiras palavras	113
2	As fases do processo administrativo federal geral.....	115

Capítulo 07 – Considerações gerais acerca do processo administrativo federal geral 117

1	Primeiras palavras	117
2	A Lei 9.784, de 29.01.1999.....	118
3	As disposições gerais.....	118
3.1	Os integrantes do processo administrativo	119
3.2	Os princípios do processo administrativo	120
3.3	Dos direitos dos interessados	124
3.4	Os deveres dos interessados	127
3.5	Anulação e revogação do ato administrativo em processo administrativo	127
3.6	Convalidação do ato administrativo em processo administrativo ...	129
3.7	Os prazos.....	130
3.8	Processo administrativo especial somente se previsto em lei.....	131
3.9	Últimas das considerações iniciais	132

Capítulo 08 – Instauração do processo administrativo federal geral..... 135

1	Primeiras palavras	135
2	A instauração do processo administrativo	135
3	Legitimação para abertura de processo administrativo	136
4	A abertura do processo	137
5	Perante quem se dá a abertura do processo	139
6	O litisconsórcio.....	140
6.1	A representação processual	141

Capítulo 09 – Instrução do processo administrativo federal geral 143

1	Primeiras palavras	143
---	--------------------------	-----

1.1	A divisão do presente capítulo	144
2	A forma, tempo e lugar dos atos do processo	144
3	A competência para a instrução do processo	147
4	Impedimento e suspeição de quem atua no processo administrativo....	148
5	O direito à ampla defesa e ao contraditório	150
6	A instrução do feito administrativo	151
6.1	A comunicação dos atos	152
6.2	Os atos meramente ordinatórios	154
6.3	As provas no processo	156
6.4	A consulta pública e a figura equivalente ao <i>amicus curiae</i>	158
6.5	A audiência pública e outros meios.....	160
6.6	O encerramento da fase instrutória.....	161
Capítulo 10 – Decisão no processo administrativo federal geral.....		163
1	Primeiras palavras.....	163
2	O dever de decidir.....	164
3	A motivação como princípio intransponível.....	164
4	A decisão	168
5	Situações que obstam a decisão administrativa	168
Capítulo 11 – Recursos no processo administrativo federal geral.....		171
1	Primeiras palavras.....	171
2	As instâncias do processo administrativo	173
3	Recurso administrativo e suas espécies	174
3.1	A exceções de impedimento e de suspeição.....	175
3.2	Pedido de reconsideração	177
3.3	Retratação.....	179
3.4	Representação	180
3.5	Reclamação	180
3.6	Pedido de reexame dirigido à autoridade superior	181
4	Recurso administrativo propriamente dito.....	181
4.1	Legitimidade para recorrer	181
4.2	A petição de recurso e o efeito	183
4.3	A quem o recurso é dirigido	184
4.4	Ainda as súmulas vinculantes.....	185
4.5	Prazos na fase recursal	187
4.5.1	Privilégio de prazo em favor de alguns interessados.....	188
4.6	O julgamento do recurso administrativo	189
4.6.1	A improcedência do recurso.....	190

4.7	A revisão	191
5	O recurso judicial	192
Capítulo 12 – Processo disciplinar administrativo		193
1	Primeiras palavras	194
2	Visão geral sobre o processo disciplinar administrativo federal	195
2.1	A cumulatividade das penalidades	196
3	Deveres e proibições que, descumpridos, ensejam correção disciplinar	197
4	As penalidades	198
4.1	Advertência	199
4.2	Suspensão	200
4.3	Demissão	201
4.4	Destituição de cargo em comissão	203
4.5	Destituição de função comissionada	204
4.5.1	Penas adicionais aos servidores demitidos e destituídos de cargo em comissão e de função comissionada	206
4.6	Cassação de aposentadoria	207
4.7	Cassação da inatividade (disponibilidade)	207
4.8	A aplicação e a decadência das penalidades	208
5	Disposições preliminares sobre o processo disciplinar administrativo	210
5.1	A sindicância	210
5.2	Os integrantes da comissão de sindicância e do processo disciplinar administrativo	214
5.2.1	Reflexos da legislação federal e dos princípios constitucionais nas legislações estaduais e municipais	216
5.3	O processo disciplinar administrativo propriamente dito	217
5.3.1	O acompanhamento por advogado	218
5.3.2	A prova testemunhal e o depoimento do acusado	221
5.3.3	A citação e da revelia	222
5.3.4	O relatório	224
5.4	O julgamento	225
5.5	Considerações adicionais ao ato do julgamento	226
5.6	A revisão do processo administrativo disciplinar	226
6	O processo disciplinar administrativo para apurar acumulação ilegal de cargos	228
6.1	O processo disciplinar administrativo para apurar inassiduidade habitual	230

Capítulo 13 – Processo administrativo fiscal, com destaque para o processo administrativo previdenciário		231
1	Primeiras palavras.....	231
2	Como era o processo administrativo previdenciário fiscal.....	233
3	A criação da super-receita.....	234
4	As configurações da Lei 11.457, de 16.03.2007.....	235
5	O processo administrativo previdenciário fiscal.....	238
5.1	A intimação	239
5.2	A impugnação	240
5.3	A instrução	242
5.4	A decisão em primeira instância.....	243
5.5	O recurso à segunda seção do conselho administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	246
5.6	O recurso especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais ...	249
5.7	As previsões legais de prazos processuais.....	250
5.8	A eficácia das decisões.....	252
5.9	O recurso ao Poder Judiciário	253
5.10	A quem dirigir petições na área previdenciária fiscal	253
6	O processo de consulta	254
6.1	A característica de lei material	256
6.2	A consulta na Lei 9.430, de 27.12.1996	256
6.3	A consulta no Decreto 70.235, de 06.03.1972.....	258
6.3.1	A formação do processo de consulta	259
6.3.2	A declaração de ineficácia da consulta.....	260
6.3.3	O julgamento da consulta formulada por pessoa natural ou jurídica de direito privado	261
6.3.4	O julgamento da consulta formulada por entidade de classe ou pessoa jurídica de direito público	262
6.3.5	O julgamento em segunda instância	262
6.4	Eficácia da solução da consulta.....	263
Capítulo 14 – Processo Administrativo na Lei de Defesa da Concorrência..		265
1	Primeiras palavras.....	265
2	Considerações iniciais sobre o processo administrativo na lei de defesa da concorrência	266
3	As infrações da ordem econômica.....	268
4	A sindicância	271
5	A instauração e a instrução do processo administrativo.....	272
6	O julgamento do processo administrativo pelo CADE	276

7	Recurso ao Poder Judiciário.....	278
Capítulo 15 – Princípios do processo administrativo nas licitações.....		279
1	Primeiras palavras	279
2	Princípios do processo administrativo licitatório.....	280
2.1	Princípio da igualdade na participação em licitações.....	282
2.2	Princípios presentes no <i>caput</i> do art. 37 da Constituição Federal ...	282
2.2.1	Princípio da publicidade.....	283
2.2.2	Princípio da probidade administrativa.....	284
2.2.3	Princípio da isonomia.....	284
2.3	Princípio da competitividade.....	285
2.4	Princípio da vantajosidade	287
2.5	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	289
2.6	Princípio do julgamento objetivo	289
2.7	Princípio da vinculação dos atos processuais.....	289
2.8	Princípio da sigilosidade na apresentação de propostas	291
2.9	Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor	292
2.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	294
3	Remessa aos demais estudos.....	295
Capítulo 16 – Processo Administrativo nas Licitações.....		297
1	Conceitos e definições	297
1.1	O porquê da licitação	298
1.2	Os crimes no processo administrativo das licitações.....	299
1.3	As punições administrativas.....	302
2	O processo administrativo das licitações.....	302
2.1	A comissão licitante	305
2.2	O procedimento licitatório	307
2.2.1	O edital.....	309
2.2.2	Os tipos de licitação	312
2.2.3	A abertura dos envelopes	314
2.2.4	O julgamento das propostas	315
2.2.4.1	A desclassificação das propostas.....	317
2.2.5	A revogação e a anulação da licitação.....	319
2.3	O concurso público	320
3	A licitação por pregão.....	321
3.1	O pregão presencial.....	322
3.1.1	O aviso e o edital como fases de convocação dos interessados	324

3.1.2	A audiência para abertura dos envelopes e a voz ativa das pessoas	325
3.1.3	Sanções adicionais.....	327
3.2	O pregão eletrônico	328
3.2.1	O pregão eletrônico no âmbito da Administração Pública federal.....	328

Capítulo 17 – A microempresa e a empresa de pequeno porte nas licitações..... 333

1	Primeiras palavras.....	333
2	A proteção à microempresa e à empresa de pequeno porte.....	335
3	A documentação privilegiada da microempresa e da empresa de pequeno porte que querem participar de licitações.....	337
3.1	Primeiro privilégio	338
3.2	Segundo privilégio	339
3.3	Terceiro privilégio.....	340
4	A inovação da Lei Complementar 123, de 2006.....	342

Capítulo 18 – Processo Administrativo especial para aplicação de penalidades de trânsito..... 345

1	Primeiras palavras.....	345
2	Competência e definições	346
3	Autuação.....	348
4	Julgamento da autuação e notificação	349
5	A comunicação nas diversas fases processuais.....	349
6	O desconto para pagamento sem recurso.....	352
7	A legitimação para aviar os recursos.....	352
8	O recurso administrativo em primeira instância	353
9	O recurso administrativo em segunda instância.....	355

Referências..... 357

Índice Alfabético e Remissivo..... 359

Índice Onomástico..... 379